

Carta do Amapá: "A Amazônia que Queremos"

Macapá, 23 de agosto de 2024.

Nós, representantes de órgãos, instituições e entidades do Sistema Tribunais de Contas do Brasil, reunidos na cidade de Macapá, durante os dias 22 e 23 de agosto de 2024, no III Congresso Ambiental dos Tribunais de Contas, sob o tema "Amazônia: Realidade, Desafios e Oportunidades", por meio desta carta, assumimos nossos desafios enquanto responsáveis pela busca do equilíbrio climático e a contribuição com o desenvolvimento sustentável do Bioma Amazônia, ratificando o compromisso de fortalecer as ações de controle e as parcerias institucionais já celebradas, em especial, visando fortalecer as seguintes diretrizes:

1. Contribuir para ampliação do Controle Externo na temática Ambiental

1.1 Fortalecer a estrutura dos Tribunais de Contas e os mecanismos de avaliação das ações governamentais é essencial para assegurar que os compromissos ambientais sejam cumpridos e que os recursos públicos sejam utilizados de forma responsável.

1.2 Fortalecer a atuação em rede, incentivando a atuação conjunta e a replicação de modelos e metodologias utilizadas por Tribunais de Contas, a fim de viabilizar a eficiência de ações de controle externo ambiental e o alcance de resultados em todos os Tribunais de Contas da Amazônia Legal.

2. Intensificar a cooperação técnica

Com o propósito de aprimorar estratégias colaborativas notadamente eficazes para a atuação dos órgãos de controle, tais como os acordos de cooperação técnica celebrados junto à sociedade civil organizada e instituições de pesquisa e ensino, permitindo o compartilhamento de conhecimentos, experiências e tecnologias relacionadas ao controle externo das políticas de meio ambiente.

3. Contribuir tecnicamente com o diálogo interinstitucional para a estruturação de políticas públicas na temática ambiental

3.1 Acompanhar a implementação de políticas públicas na temática ambiental, e que tragam propostas para o desenvolvimento territorial, econômico e social sustentáveis;

3.2 Incentivar ações estratégicas que promovam a preservação e o desenvolvimento de comunidades tradicionais, território quilombolas e comunidades indígenas localizados no Bioma Amazônia.

4. Incorporar às ações de controle desafios relacionados à emergência climática

4.1 Incluir, nos planos de atuação em controle ambiental, medidas voltadas à prevenção de desastres naturais, mitigação e adaptação às mudanças climáticas;

4.2 Estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação das ações governamentais, especialmente em relação aos compromissos que serão assumidos na conferência da ONU sobre mudanças climáticas - COP30, em 2025.

Esta carta reforça o compromisso do Sistema Tribunais de Contas do Brasil em promover um desenvolvimento sustentável, inclusivo e equilibrado na Amazônia, conforme os padrões globais da Agenda 2030.

É nossa intenção que as propostas aqui trazidas sejam apresentadas durante a COP 30, a ser realizada em 2025, garantindo que os conteúdos e proposições discutidos no III Congresso Ambiental dos Tribunais de Contas sejam considerados nas discussões sobre políticas públicas para o desenvolvimento da região.

Por fim, assegurar que as iniciativas de controle e avaliação das políticas ambientais estejam integradas às estratégias de desenvolvimento sustentável, promovendo um diálogo efetivo entre os órgãos de controle e as instâncias governamentais é objetivo essencial a ser alcançado, contribuindo para a promoção de políticas justas e inclusivas, e o equilíbrio climático do planeta.